

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Bolsonaro retoma viagens e faz aceno à ala ideológica	2
Título: Medidas contra pandemia dominam pauta da Câmara	3
Título: Eneva eleva proposta e acirra disputa com AES.....	4
Título: Prévias apontam lucro de US\$ 1,6 bi para Vale.....	6
Título: BNDES rejeita bônus a diretores da Petrobras.....	7
Título: BNDES diverge de aumentos na Petrobras.....	9
Título: Suzano avança em bioeconomia e quer substituir o plástico	9
Título: Curtas.....	11
Título: Seguro deve ter salto com lei de saneamento	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Só com a Lei do Gás.....	14
Título: Coluna do Broadcast	16
Título: Motivadas por demanda global, gestoras brasileiras apostam em ‘fundos verdes’ ...	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	18
Título: PAINELS.A.: Joana Cunha	18
Título: Tecnologia brasileira produz etanol a partir do bagaço da cana.....	19
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Ancelmo Gois.....	21
VEÍCULO: Correio Braziliense	21
Título: A desagregação do Centrão	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/07/2020****Seção: Política****Autor: Matheus Schuch, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro****Título: Bolsonaro retoma viagens e faz aceno à ala ideológica**

Depois de passar 20 dias isolado no Palácio da Alvorada pelo diagnóstico de covid-19, o presidente Jair Bolsonaro retomou atividades presenciais no Palácio do Planalto, ontem, e fará nesta semana um roteiro de viagens pelo país. O plano faz parte de uma estratégia para melhorar a imagem do governo, com inauguração de obras e aproximação de lideranças políticas. Junto ao Congresso, após se associar ao Centrão, o presidente fez um aceno aos apoiadores mais fiéis, prometendo empenho em pautas defendidas pela ala ideológica.

Bolsonaro iniciará o roteiro de viagens pelo Piauí, com visita ao Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato. Depois, inaugura sistemas de abastecimento de água em Campo Alegre de Lourdes (BA). Na sexta-feira, o presidente acompanhará a entrega de um conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida em Bagé, no Rio Grande do Sul.

Bolsonaro havia informado a interlocutores sua intenção de retomar o ritmo de agendas externas. Além de reforçar seu peso político em regiões onde tem avaliação mais baixa, como é o caso do Nordeste, Bolsonaro quer “mostrar que as coisas podem voltar ao normal”, segundo resumiu um auxiliar, se referindo à pandemia.

Ao mesmo tempo em que pretende intensificar os roteiros pelo país, Bolsonaro tenta assegurar o apoio de seus parlamentares mais fiéis, que cobram apoio à “pauta de costumes”. O presidente comprometeu-se com projetos que permitem o ensino doméstico e a ampliação do porte de armas para mais profissões.

O aceno vem após o enfraquecimento da ala mais ideológica no governo, com a demissão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, das acusações do ex-ministro da Justiça Sergio Moro de que Bolsonaro de tentou interferir na Polícia Federal, da entrega de cargos para os partidos do Centrão e do

afastamento de deputados como Otoni de Paula (PRTB-RJ) e Bia Kicis (PSL-DF), da representação do governo na Câmara.

Em reunião dos parlamentares do grupo ideológico no Planalto, também foi acertada prioridade para outras propostas: modernização do mercado cambial, reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falências e a Lei do Gás (de quebra do monopólio da Petrobras e suas subsidiárias no fornecimento de gás natural).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Política

Autor: Cristian Klein

Título: Medidas contra pandemia dominam pauta da Câmara

A Câmara e o Senado pautaram para votação esta semana dez propostas com relevância econômica que têm alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap/Ello) para o Valor Política.

O Senado não divulgou sua pauta para a semana. Já os projetos pautados na Câmara tratam de medidas de mitigação dos efeitos do novo coronavírus na economia. Metade é de medidas provisórias editadas pelo Executivo. Entre elas está a MP 946, que extingue o Fundo PIS-Pasep e libera o saque do FGTS no valor de um salário mínimo por trabalhador; a 945, que cria medidas temporárias para o trabalho no setor portuário; a 948, que regula o cancelamento de serviços e eventos nos setores de turismo e cultura; a 950, que trata de descontos na tarifa de energia elétrica durante a pandemia; e a 944, que cria uma linha de crédito emergencial para pagamento da folha de salários.

Há ainda na pauta da Câmara cinco projetos de lei com alta chance de aprovação. Um deles, o 2306, oferece incentivo fiscal para empresas que firmarem parceria para o desenvolvimento de projetos relativos ao coronavírus. O 2292 garante hospedagem a profissionais de saúde para os períodos de repouso se a moradia for distante ou se for necessário para evitar a contaminação da família. Já o PL 2424 estabelece uma linha especial de crédito para profissionais liberais durante a pandemia. As duas últimas propostas legislativas são o PL 1622, que torna compulsória e imediata a notificação dos

diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda, assim como dos casos suspeitos e confirmados de novo coronavírus; e o PL 1485, que duplica as penas de crimes contra a administração pública praticados durante a pandemia. Por causa da pandemia, as duas Casas estão com uma agenda reduzida, sem o funcionamento das comissões. A probabilidade de aprovação dos projetos é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras

Título: Eneva eleva proposta e acirra disputa com AES

Pouco mais de uma hora antes da reunião do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para decidir sobre a venda de participação na geradora AES Tietê, a geradora de energia brasileira Eneva apresentou à instituição ontem um ajuste em sua proposta e embaralhou as cartas do jogo.

O BNDES já estava inclinado a aceitar a proposta concorrente, feita pela americana AES Corp., o que seria formalizado na reunião do conselho. Com mais um capítulo da disputa, as ações dispararam. As units da Tietê subiram 7,07% ontem na B3, cotadas a R\$ 16,65. O Ibovespa fechou em alta de 2,05%. A discussão, prevista para terminar em uma reunião no início da tarde, acabou se estendendo em uma nova convocação às nove da noite no banco. Até o fechamento desta edição, o banco havia sinalizado aos envolvidos que pretendia postergar sua decisão para realizar novas análises financeiras considerando a atualização das propostas.

O trunfo da Eneva foi elevar a proposta em dinheiro e aumentar de 10% para 17% o preço por ação - chamando a atenção e interesse dos demais investidores para o desfecho. No aditamento, a Eneva subiu de R\$ 727,9 milhões para R\$ 1,99 bilhão a parte de pagamento em dinheiro, na proposta que trata da

totalidade da AES Tietê. O restante seria em troca de ações, numa transação que avalia a empresa em R\$ 7,9 bilhões. É a segunda vez que a Eneva eleva o preço - em abril, havia avaliado a companhia em R\$ 6,6 bilhões. Na semana passada, elevou para R\$ 7,54 bilhões e, agora, mostrou nova agressividade para levar a concorrente.

A AES Tietê vale em bolsa perto de R\$ 6,65 bilhões. A proposta da AES à fatia do BNDES avalia a empresa em R\$ 6,85 bilhões, próximo ao seu valor de mercado. Na proposta por 18,5% da empresa, o banco de fomento embolsaria R\$ 1,27 bilhão de imediato. Ele terá que decidir se toma uma decisão olhando somente sua fatia e sua liquidez de curto prazo, ou se considera a opção que afeta também a vida dos outros acionistas da Tietê e o destino da companhia.

No pagamento em dinheiro na oferta da Eneva, o BNDES receberia proporcionalmente à sua posição - mais recursos que na primeira oferta mas abaixo do que entra no caixa na oferta da AES Corp. Uma fonte ligada ao processo argumenta que, se esse for o critério principal, o aditamento alteraria pouco o racional do banco. Afinal, o banco de fomento enviou as chamadas RFPs ("requests for proposal") para a venda de até a totalidade de sua participação, e não para propostas de negócios futuros, ponderou uma fonte. Por outro lado, a oferta da Eneva oferece maior prêmio pela participação do banco numa companhia que surgiria da fusão entre a proponente e a Tietê. O banco seria acionista de uma companhia maior e poderia se desfazer dos papéis em uma posterior oferta subsequente de ações. O risco, nesse caso, é ocorrer um embate regulatório. Para fazer a fusão, a Eneva terá que enfrentar justamente a AES Corp., que disputa a fatia do BNDES e que já disse não à Eneva três meses atrás. Em abril, as companhias mostraram posições opostas sobre os planos para a Tietê e sobre os direitos de votos de acionistas detentores de ações ordinárias e aqueles donos de ações preferenciais.

No argumento da Eneva, faz mais sentido valorizar o papel com a formação de uma companhia integrada de energia, que ganharia competitividade. No argumento da AES, a fusão resultaria em uma "poluição" da carteira de ativos renováveis da Tietê, ao adicionar termelétricas movidas a carvão.

A Eneva é assessorada pelo banco BTG Pactual, a AES Corp pelo banco Credit Suisse e o BNDES tem a BR Partners como assessor financeiro.

Data: 28/07/2020**Seção: Empresas****Autor: Rafael Rosas****Título: Prévias apontam lucro de US\$ 1,6 bi para Vale**

A Vale deve apresentar resultados “sólidos” no segundo trimestre, mas os efeitos da covid-19 vão limitar a receita da mineradora. Um grupo de quatro bancos e instituições financeiras ouvidas pelo **Valor** estima um lucro líquido médio de US\$ 1,602 bilhão para a empresa entre abril e junho, o que significaria a reversão do prejuízo registrado no segundo trimestre do ano passado. Na média, as previsões para a o Ebitda apontam para US\$ 3,84 bilhões no segundo trimestre, o que significaria alta de 24% ante o Ebitda ajustado de igual trimestre de 2019. Mas os efeitos da pandemia devem afetar a receita líquida, que deve ficar, segundo a média das projeções, em US\$ 7,598 bilhões, 17,2% menor em relação a abril-junho do ano passado.

O **Valor** obteve as projeções de Bradesco BBI, Itaú BBA, Morgan Stanley e mais uma instituição que pediu para não ser identificada. As expectativas para o lucro líquido variaram entre US\$ 867 milhões, do Morgan Stanley, e US\$ 2,3 bilhões, da instituição que pediu anonimato.

As estimativas de Ebitda variaram de US\$ 3,55 bilhão, do Morgan Stanley, a US\$ 4,1 bilhão, do Itaú BBA, enquanto a projeção da receita líquida variou de US\$ 7,37 bilhões, do Bradesco BBI, até US\$ 8,08 bilhão, do Itaú BBA. A empresa divulga o balanço amanhã, após fechamento do pregão.

Em 2019, a empresa enfrentava os desafios decorrentes do rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), o que explica o prejuízo registrado no segundo trimestre de 2019.

Para o Bradesco BBI, a Vale deverá mostrar resultados mais robustos, “mas ainda abaixo do potencial”. Os analistas do banco ressaltam que, conforme já mostrado no relatório de produção da companhia, as vendas de minério de ferro e pelotas - principal produto da empresa - aumentaram levemente, para cerca de 61,5 milhões de toneladas, impactadas negativamente pela covid-19, trabalho de manutenção no S11D e tempo de produção. Para se ter uma ideia, embora tenha havido alta frente ao primeiro trimestre, as vendas de minério e pelotas recuaram 13% ante as 70,8 milhões de toneladas do segundo trimestre de 2019.

Na semana passada, o relatório da companhia apontou produção de 67,59 milhões de toneladas, acima das 64 milhões de toneladas de abril-junho de 2019 e a companhia assumiu que o cenário mais provável é que a produção anual fique no piso da meta, de 310 milhões de toneladas.

O Bradesco ressalta ainda que os preços do minério de ferro subiram 5% frente ao primeiro trimestre, com aumento dos prêmios de qualidade, o que significa um preço realizado ao redor de US\$ 90 por tonelada no segundo trimestre. A instituição também projeta que o custo caixa C1 - que inclui mina, planta, ferrovia e porto, excluindo royalties - da empresa deve permanecer próximo da estabilidade frente aos três primeiros meses do ano, aos US\$ 16,4 por tonelada, enquanto os fretes mais baratos devem ter impacto positivo no custo total da mineradora.

O Itaú BBA também citou os preços como vantagens que a Vale terá no segundo trimestre deste ano frente ao primeiro trimestre. Segundo os analistas do banco, os preços realizados de minério de ferro entre abril e junho devem subir cerca de US\$ 11 por tonelada, para algo em torno de US\$ 94,6 por tonelada, e os embarques do produto devem ficar em torno de 65 milhões de toneladas no segundo trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Francisco Góes

Título: BNDES rejeita bônus a diretores da Petrobras

Proposta aprovada com voto contrário do banco reservou R\$ 43,3 milhões para pagar diretores e o conselho de administração da petroleira por um ano

O desalinhamento dentro do grupo de controle da Petrobras na assembleia de acionistas da estatal, na semana passada, não se limitou à eleição do novo conselho de administração da companhia. A votação expôs também uma divergência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em relação aos valores a serem pagos ao alto escalão da petroleira. A BNDESPar, braço de participações societárias do banco, votou contra a proposta que reservou R\$ 43,3 milhões para pagar diretores e o conselho de

administração da petroleira por um ano, entre abril de 2020 e maio de 2021. O montante representa alta de 26% frente às cifras aprovadas para os 12 meses anteriores.

A posição contrária da BNDESPar não foi suficiente para barrar a proposta, mas o **Valor** apurou que o voto gerou um mal-estar entre executivos da Petrobras. Segundo uma fonte do banco, a BNDESPar rejeitou a proposta por entender que elevar a remuneração dos administradores num momento de crise econômica, desencadeada pela pandemia, seria inadequado. Dono de 0,24% das ações ordinárias e de 7,04% do capital total da Petrobras, a BNDESPar tem adotado essa posição como padrão para as votações nas demais empresas onde ela detém participação.

A Petrobras, por sua vez, alega que o aumento da remuneração da diretoria é fruto, essencialmente, do programa de remuneração variável relativo aos resultados de 2019, ano em que a estatal registrou lucro recorde de R\$ 40,1 bilhões. Dos R\$ 43,3 milhões provisionados para pagamento da diretoria e conselho, a petroleira propôs R\$ 12,515 milhões a título de bonificação aos seus nove diretores - 3,7 vezes a mais do que o destinado um ano antes em remuneração variável aos executivos.

A posição contrária da BNDESPar é endossada pelos sindicatos. Eles criticam a elevação da remuneração global do alto escalão, ao mesmo tempo em que a estatal respondeu ao choque de preços do petróleo com cortes temporários de salários e adicionais de empregados, por meio de redução de jornada e transferência de parte da equipe operacional para a área administrativa. As medidas, porém, foram judicializadas e impedidas em alguns Estados.

A Petrobras anunciou em março um pacote de medidas para cortar em 15% as despesas corporativas. Dentre outras iniciativas, a estatal cancelou processos de avanço de nível e promoção de empregados e congelou, por três meses, o pagamento de horas extras e 30% da remuneração de membros do alto escalão. Em defesa da proposta de pagamento aos diretores, a estatal defende que a remuneração fixa - que totaliza R\$ 19,6 milhões - não é reajustada desde 2016 e que os valores incluem os custos com a nova diretoria de Transformação Digital (criada em setembro e que foi computada apenas parcialmente no orçamento de 2019); e a segunda parcela da remuneração variável de 2018, referente a um programa da gestão passada e que prevê bônus em parcelas anuais.

A Petrobras também esclarece que o modelo da remuneração é validado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e que os valores provisionados não necessariamente serão usados na íntegra. Nessa conta, por exemplo, estão R\$ 2,2 milhões para financiar a quarentena e R\$ 6 milhões para indenizações de diretores, caso todos eles saiam do cargo no ano. A BNDESPar também atuou contra a orientação do grupo de controle da Petrobras na eleição do conselho, ao votar a favor da instauração do voto múltiplo. Foi o voto múltiplo, possível graças a uma articulação entre o banqueiro Juca Abdalla e fundos estrangeiros, que permitiu aos minoritários eleger um candidato (Leonardo Antonelli), tirando uma vaga da União no colegiado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Impresso

Autor: André Ramalho e Francisco Góes

Título: BNDES diverge de aumentos na Petrobras

Divergências no grupo de controle da Petrobras na assembleia de acionistas não impediram a aprovação de um aumento de 26% nos recursos (R\$ 43 milhões) reservados para pagamento de diretores e conselho de administração durante um ano. Dono de 0,24% das ações ordinárias e de 7,04% do capital total da Petrobras, o BNDESPar votou contra o aumento, por considerá-lo inadequado num momento de gravíssima crise econômica. A Petrobras alega que o aumento decorre dos resultados de 2019 - lucro de R\$ 40,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Suzano avança em bioeconomia e quer substituir o plástico

Maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, a Suzano está se preparando para lançar novos produtos renováveis e consolidar-se como empresa de biomateriais que vai além da cadeia de celulose e papel. A aplicação da nanocelulose na fabricação de tecidos e a obtenção de biopolímeros, que por enquanto combinam plástico e celulose, já são realidade nos projetos em

desenvolvimento. Entre as grandes metas estabelecidas após a fusão com a Fibria, em janeiro do ano passado, a companhia pretende substituir 10 milhões de toneladas de plásticos e derivados do petróleo por produtos de origem renovável até 2030.

De acordo com o presidente da empresa, Walter Schalka, a Suzano já tem a tecnologia que possibilita a produção de biopolímeros com até 70% de celulose e 30% de plástico. Em outra frente, trabalha para produzir em escala comercial um tecido a partir da nanocelulose, que poderá substituir o poliéster ou o algodão, cujo processo produtivo consome volumes maiores de água. “Estamos trabalhando em diversas frentes e lançaremos produtos no mercado”, disse. Os prazos para cada projeto não são divulgados, mas, nos bastidores da indústria, a informação que circula é a de que a Suzano já tem projetos em fase bastante avançada.

A Suzano detém participação de 25% na startup finlandesa Spinnova, que opera uma unidade piloto de produção de fibras têxteis a partir da celulose, e fatia similar na americana Ensyn, que desenvolveu tecnologia de produção de biocombustíveis. Tem capacidade instalada em Limeira (SP) para produção de 20 mil toneladas por ano de lignina - a unidade de extração de lignina é pioneira na América do Sul e recebeu aportes de R\$ 70 milhões. Tradicionalmente “queimada” como combustível nas fábricas de celulose, a lignina pode ser substituta de derivados do petróleo em diversos produtos e deu origem a nova linha de produtos da Suzano batizada Ecolig.

Além de abrir novos negócios, os esforços da Suzano na área de biomateriais estão diretamente relacionados à estratégia de sustentabilidade. Até 2030, adicionalmente à meta de substituição de plásticos, a companhia pretende remover 40 milhões de toneladas de carbono da atmosfera e tirar 200 mil pessoas da linha de pobreza nas comunidades em que está presente. A companhia assumiu ainda o compromisso de reduzir em 15% as emissões específicas de suas operações e em 70% o volume de resíduos destinados a aterros. Por outro lado, quer ampliar em 50% o volume de energia exportada para a rede brasileira. Em relação ao uso da água, a meta é aumentar a disponibilidade em 100% nas bacias hidrográficas críticas e reduzir em 15% o volume de água captada nas operações industriais.

As linhas gerais dessa estratégia foram apresentadas ao mercado e vão nortear a atuação da Suzano nos próximos anos, em um mundo cada vez mais rigoroso em relação às práticas socioambientais e de governança. No caso específico da indústria brasileira de celulose e papel, avalia Schalka, uma reputação sólida foi construída ao longo dos anos, transformando-a em referência internacional. “O Brasil é visto como modelo para outras indústrias”, comentou, acrescentando que o conjunto de empresas sob o guarda-chuva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) tem esse status.

Além de estar há anos atenta à questão ambiental, a maior parte dos produtores locais opera com a certificação FSC (do inglês Forest Stewardship Council), que funciona como um selo de sustentabilidade. Conforme Schalka, essa é uma vantagem da indústria sobre outros setores neste momento em que a imagem ambiental do Brasil está arranhada no mercado internacional. “Vejo pouco risco de efeito direto disso para o setor de base florestal. A indústria é referência não só pelo conjunto de iniciativas históricas que trouxeram credibilidade, mas pelas áreas de preservação que hoje são mantidas”, afirmou. Indiretamente, porém, a indústria poderia ser afetada caso os investidores estrangeiros decidam deixar de colocar recursos em países que não têm uma prática ambiental sustentável. “Mas isso atingiria o país de forma geral, não só o setor”, observou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Consumo de energia sobe

O mercado livre de energia, onde estão as grandes indústrias do país e que serve de indicador da temperatura da economia, registrou este mês o primeiro sinal de aumento de consumo de energia desde o início das medidas de isolamento social para combate à pandemia. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o consumo no ambiente livre nas duas primeiras semanas de julho apresentou alta de 1,2% ante igual período de 2019. Na mesma comparação, no mercado regulado, atendido pelas distribuidoras, houve queda de 3,6%. Assim, o consumo total de energia recuou 2,1% nos primeiros 15 dias de julho, ante igual período de 2019. Segundo a

CCEE, para efeitos de comparação, em abril, mês em que houve a maior queda do consumo, a retração chegou a 12,1% no Sistema Interligado Nacional, redução de 11,5% no mercado regulado e de 13,6%, no livre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/07/2020

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan

Título: Seguro deve ter salto com lei de saneamento

O setor de seguros espera forte aumento de demanda das empresas de saneamento devido à aprovação do marco legal, que prevê investimentos de R\$ 700 bilhões até 2033 para estender o acesso à água potável e esgoto tratado para a população. No entanto, as seguradoras preveem um desafio em atrair resseguradoras internacionais para repassar os riscos dos projetos.

Estudo da BMG Seguros, feito pela consultoria GO Associados, mostra que o novo marco deve adicionar R\$ 2,6 bilhões em prêmios emitidos, de 2021 até 2033, para o setor de saneamento apenas em seguro garantia performance, que garante indenização caso um projeto não seja entregue. Nos cálculos da seguradora, no ano passado, os prêmios emitidos somaram R\$ 150 milhões na modalidade a todas as empresas de infraestrutura.

O estudo indica ainda que, como a expectativa é de que os investimentos anuais em saneamento subam de R\$ 10 bilhões para R\$ 55 bilhões até 2033, a importância a ser segurada - isto é, os recursos necessários para fazer frente às indenizações em caso de sinistro - saltaria para R\$ 70 bilhões em 2033 só no seguro garantia performance. Dessa capacidade, geralmente cerca de 5% ficam com a seguradora e o restante é repassado para as resseguradoras.

“Podemos ter possível falta de capacidade internacional a partir de 2022 para suportar os projetos”, diz Jorge Sant’Anna, presidente da BMG Seguros. Alguns aspectos acentuam esse desafio: resseguradores ainda têm na memória os anos de Lava-Jato e abandono de obras e, além disso, haverá muitos participantes novos entrando no mercado de saneamento.

João Géio Neto, presidente da Pottencial Seguradora, especializada em seguro garantia, diz que hoje existe capacidade no mercado para os projetos - no caso

da empresa, até sobra -, mas que algumas seguradoras novatas podem vir a enfrentar desafios em repassar os riscos aos resseguradores. “É uma novidade para todo mundo, por isso é preciso estruturar bem a subscrição de riscos.” Historicamente, o setor de saneamento costuma ser tímido na contratação de seguros, uma vez que é dominado por empresas estaduais que dependem de licitações para adquirir apólices. Como o processo é burocrático e demorado, os programas acabam contendo o básico das apólices.

O novo marco, por sua vez, abre caminho para o investimento privado. Os municípios serão incentivados a seguir as regras da agência reguladora se quiserem ter acesso a recursos públicos, o que traz segurança jurídica maior para fundos e multinacionais.

“Haverá ampliação de clientes privados para as seguradoras em saneamento”, diz André Dabus, diretor para a área de infraestrutura da corretora Marsh. Segundo o executivo, existem cerca de dez seguradoras com apetite para saneamento no país. Para comparar, são 30 as que atuam com seguro garantia especificamente, mas acabam preferindo outros setores, como energia e rodovias, porque as regras para os leilões, para tocar uma concessão ou para realizar uma obra são mais claras, com a devida divisão dos riscos com o setor público.

Espera-se aumento de contratação principalmente do seguro garantia. Em um primeiro momento nos leilões, com apólices que garantem que o vencedor irá realmente assinar o contrato - caso contrário, haverá indenização para o ente público e seleção do segundo colocado. A estimativa é que os certames comecem a ocorrer já a partir dos próximos meses, de acordo com os membros do governo, mas o novo marco ainda depende da edição de decretos. Depois disso, começa a procura por seguros para o financiamento de projetos de infraestrutura, como por exemplo o “completion bond”, que garante para o financiador que haverá entrega física da obra e, diferentemente das fianças bancárias, não compromete o limite de crédito dos investidores, item importante na retomada da crise.

Para as obras, estão previstos seguros para risco de engenharia, de equipamentos, automóveis e das pessoas envolvidas. “Existe apetite das seguradoras pelo setor de saneamento. Hoje, a falta do seguro é por falta de

projeto em si”, diz Luciana Dias Prado, advogada especialista em seguros do escritório Demarest.

No caso do seguro garantia performance, o setor defende mudanças em regras que hoje afastam resseguradores. Geralmente, a empresa assina com a seguradora um contrato de contragarantia. Assim, se entrar em sinistro, a seguradora indeniza o poder público, mas pode cobrar a empresa. Essa cobrança, porém, precisa ser feita com autorização de juiz, o que pode demorar cinco anos, ao contrário de outros títulos de garantia.

Especialistas dizem ainda que as regras do marco legal para o seguro garantia performance são tímidas, já que seguem a nova lei de licitações (Lei 8.666/93). Pela legislação, os investidores devem contratar o limite de 5% do valor do contrato em seguro garantia, elevando a 10% em obras mais complexas.

No entanto, um projeto de lei (1.292/95) no Congresso, que muda as regras de licitações, prevê que o seguro pode alcançar até 30% do valor do contrato, para empreendimentos acima de R\$ 200 milhões, com as seguradoras assumindo a obra em caso de problemas. Dessa forma, segue-se o padrão internacional, mas traz ainda mais desafios de capacidade de resseguro ao mercado.

“O marco surge com um contexto desatualizado para o seguro garantia performance, mas pode ter o efeito benigno de pressionar para que o projeto de lei avance no Congresso”, diz Felipe Bastos, coordenador da área de seguros no escritório Veirano Advogados.

Além das modalidades mais tradicionais, espera-se que o setor de saneamento também avance em outras como ambiental, um tema que tem chamado cada vez mais atenção internacionalmente, e “cyber risk”, que protege a empresa em caso de vazamento de dados e informações sobre os usuários.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Robson Braga de Andrade

Título: Só com a Lei do Gás

Depois da aprovação do marco legal do saneamento básico, o Congresso Nacional precisa retomar a análise e a votação da lei que modernizará o mercado brasileiro de gás natural. A legislação atual, aprovada em 2009, é insuficiente para promover as transformações necessárias ao setor, como a quebra de monopólios, ampliação dos investimentos e redução do preço desse importante insumo para a indústria. Atualmente, a tarifa cobrada pelo gás natural dos consumidores brasileiros – uma das mais altas do mundo – é um obstáculo à competitividade da economia nacional.

No ano passado, o preço do combustível para o setor industrial ficou entre US\$ 13,50 e US\$ 14 por milhão de BTU (unidade térmica britânica), mais que o triplo da média de US\$ 4 praticada nos EUA e o dobro da dos países europeus. Mesmo no Japão, que importa quase 100% do gás natural que consome, os preços são inferiores aos do Brasil. Nós temos reservas significativas de gás natural. Com a exploração do pré-sal, a produção doméstica, de cerca de 124 milhões de m³ ao dia, poderá dobrar nos próximos dez anos. A expansão da oferta, combinada com estímulos adequados e um ambiente regulatório seguro, permitirá a redução do preço do insumo.

Os efeitos multiplicadores da equação que une oferta abundante e preços competitivos do gás natural na economia brasileira estão estimados em estudos recentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre os impactos positivos se destacam a expansão do consumo, atração de investimentos e conservação do meio ambiente. As projeções indicam que, com uma queda de 50% nos preços, a indústria intensiva em energia triplicará o consumo de gás e poderá ampliar os investimentos em R\$ 150 bilhões em 2030. E muitas empresas serão incentivadas a substituir de 50% a 80% do carvão utilizado nos processos de produção por gás natural, contribuindo para reduzir a emissão de poluentes que geram o efeito estufa.

Mas a materialização dessas estimativas depende da aprovação do Projeto de Lei (PL) 6.407/13, que está pronto para votação e é o principal instrumento para a efetiva redução dos custos do gás natural no País. As mudanças previstas no texto, que está em discussão há sete anos no Congresso, são cruciais para promover o tão esperado choque de energia barata, anunciado pelo governo em junho de 2019, no lançamento do Programa Novo Mercado de Gás Natural. De lá para cá, os esforços do governo para enfrentar o monopólio no setor na proposição de ações infralegais para a abertura do mercado foram muito importantes.

Entretanto, o País ainda espera a efetiva diversificação dos atores e os investimentos necessários para adequar a cadeia de gás natural às exigências de um mercado cada vez mais competitivo. É importante lembrar que, no passado, o sistema elétrico brasileiro era considerado um dos mais eficientes do mundo e

era uma importante vantagem competitiva para o País. Com a fonte hídrica responsável por quase 65% da matriz elétrica, assegurada por grandes reservatórios de regulação e um sistema interligado por ampla rede de transmissão, a energia no Brasil era barata.

Infelizmente, ao longo dos últimos anos os custos da energia aumentaram por uma série de problemas, entre eles a proliferação de taxas e encargos setoriais incidentes sobre as tarifas. Além disso, o uso maciço de termoeletricas de alto custo em períodos de escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas elevou ainda mais os preços da energia. Por isso, a aprovação do PL n.º 6.407/13 é uma chance que não pode ser desperdiçada. Um novo marco legal para o gás natural, com regras claras para os vários elos da cadeia – produção, comercialização e transporte – se adequarem às exigências do mercado, está entre as ações indispensáveis para que o setor energético volte a ser uma vantagem competitiva para a economia brasileira.

A abertura do mercado à competição e a queda do preço do gás natural de forma consistente são cruciais para o País superar a grave crise provocada pela covid-19. Com oferta e tarifas adequadas às demandas da indústria, o Brasil terá melhores condições para atrair investimentos, enfrentar a acirrada concorrência externa, retomar o crescimento econômico e criar empregos no pós-pandemia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/07/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Coluna do Broadcast

» Ajuda aos cofres públicos. Na contramão das outras estatais, a Petrobrás vai remunerar mais o governo federal neste ano de crise do que em 2019. Com o pagamento de R\$ 1,6 bilhão em dividendos ao seu acionista controlador, a participação da companhia na arrecadação total do conjunto de empresas públicas vai saltar de 6,3% para 27%, informou o Tesouro Nacional. No ano passado, a estatal do petróleo repassou R\$ 1,3 bilhão. Houve, portanto, alta de 23% de lá para cá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/07/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Motivadas por demanda global, gestoras brasileiras apostam em 'fundos verdes'

Com a maior procura por investimentos em projetos sustentáveis nos mercados internacionais, administradoras de recursos estão criando produtos direcionados pelos critérios ambiental, social e de governança; no País, há apenas três gestoras dedicadas à área

Gestoras de grandes fortunas brasileiras estão ampliando a oferta de fundos voltados à sustentabilidade. Impulsionadas pela maior demanda no mercado global por investimentos em “causas verdes”, administradoras de recursos estão migrando suas carteiras de negócios e estruturando novos produtos direcionados pelos critérios ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). Com cerca de R\$ 30 bilhões sob gestão em fundos verdes, o Brasil ainda engatinha se comparado ao mercado global, que administra quase US\$ 1 trilhão em fundos sustentáveis.

Com os recursos concentrados nas mãos de apenas três gestoras exclusivamente verdes no País (Fama, JGP e Constellation, todas de pequeno e médio portes), grandes instituições financeiras começaram se estruturar, sobretudo por meio de parcerias, para também gerir fundos de recursos associados a projetos ambientais. Entre as grandes casas, estão o BTG Pactual e a XP. A corretora fundada por Guilherme Benchimol está lançando “um fundo de fundos” de R\$ 100 milhões para estimular gestoras locais a administrar recursos em empresas e em títulos de dívidas verdes.

“Queremos atuar como um banco de fomento para desenvolver o mercado de gestoras que seguem critérios ESG”, diz Gustavo Pires, sócio da XP (ler texto ao lado). A expectativa é de que mais gestoras e instituições financeiras engrossem esse movimento, já nos próximos meses, na medida em que as discussões sobre práticas socioambientais ganhem mais musculatura no Brasil, afirmam gestores e bancos. Na semana passada, o Santander afirmou que sua gestora de recursos está lançando um fundo ESG, em parceria com a casa de investimentos holandesa Robeco, conhecida por ser ativista em projetos socioambientais. A gestora, que foi uma das casas que cobraram ações concretas do governo sobre desmatamento na Amazônia, tirou a mineradora Vale de seu portfólio. Pioneira. Com R\$ 2,5 bilhões sob gestão, a Fama é a única das casas de investimento que nasceu 100% com projetos sustentáveis. Fundada em 1993, investe em cerca de 15 empresas listadas na B3, bolsa paulista. “Todas as empresas alvo de investimento seguem propósitos socioambientais”, diz Fabio Alperowitch, um dos fundadores. “A chegada do debate ambiental é importante e ainda bem que está acontecendo. Esperei 30 anos por isso. Vejo ainda que gestores e empresas ainda tratam o assunto com superficialidade”, afirma Alperowitch. Empresas como Vale e Petrobrás estão fora do portfólio de investimento da gestora.

Na JGP, que foi fundada pelos ex-sócios do BTG Pactual André Jakurski e o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, no fim dos anos 1990, a transição para fundos verdes começou no início do ano passado, após a tragédia ambiental da Vale, em Brumadinho (MG). A gestora, que estava bem posicionada em ações na mineradora brasileira, recebeu pedido de um cliente – o family office SKP, que administra fortuna de famílias alemãs, para migrar os investimentos para os critérios ESG. Com mais de R\$ 20 bilhões de ativos sob gestão, a JGP anunciou em abril sua migração total para os critérios ESG e lançou em junho um fundo totalmente dedicado a projetos verdes.

Mas, ao contrário da Fama, que não investe em empresas como a Vale e Petrobrás, a JGP mantém essas empresas em seu portfólio porque acredita que os acionistas têm mais poder para cobrar posturas de seus controladores. “Esse é nosso papel como acionistas de empresas. Temos de provocar o movimento e cobrar”, afirma Márcio Correia, sócio responsável pela área de renda variável da gestora. Na gestora Costellation, que tem entre seus investidores o bilionário Jorge Paulo Lemann (dono da AmBev e da Kraft Heinz), a força do acionista também pode influenciar nas decisões das empresas que receberam o investimento. Com R\$ 14 bilhões em ativos, a casa de investimentos está no conselho de administração da B3, bolsa paulista, diz o sócio Florian Bartunek. “As empresas já fazem mais do que a gente imagina. Quando a gente começou a engajar para critérios ESG, ficamos surpresos”, afirma o gestor. Segundo ele, outra preocupação do mercado em investir em fundos com esses critérios é a performance do investimento. “Muitos acham os fundos com esses critérios ESG têm uma performance menor, mas não é assim”, diz Bartunek. “As maiores empresas listadas na Bolsa seguem critérios socioambientais e de governança. A Natura é referência no País em sustentabilidade, mas muitas empresas brasileiras estão seguindo os passos.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: PAINELS.A.: Joana Cunha

Ar

O requerimento dos líderes partidários da Câmara que pede urgência na análise do projeto da nova Lei do Gás deve ser votado nesta quarta (29). O projeto trata da expansão da concorrência no setor.

Pressa

Em debate desde 2013, o texto foi aprovado em outubro pela Comissão de Minas e Energia da Câmara. O proposta aborda a contratação de capacidade em

gasodutos e novas regras para autorizar o transporte e a estocagem do combustível.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/07/2020

Seção: Especial

Autor: Gabriel Alves

Título: Tecnologia brasileira produz etanol a partir do bagaço da cana

Novo processo de reaproveitamento de material orgânico diminui o impacto ambiental na geração de combustível

Gabriel Alves

São Paulo- Um grupo de pesquisa brasileiro obteve resultados que prometem ampliar o acesso da indústria nacional ao chamado E2G (etanol de segunda geração), obtido a partir de subprodutos da cana-de-açúcar e que pode aumentar a produtividade por área plantada em até 50%.

As matérias-primas são o bagaço e a palha da cana, normalmente aproveitados para produzir energia termelétrica por meio de sua queima.

Os cientistas do Laboratório Nacional de Biorrenováveis do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais) fizeram modificações genéticas em uma linhagem do fungo *Trichoderma reesei* de modo a forçar sua colaboração nesse processo.

O fungo tem a capacidade natural de digerir celulose e hemicelulose, componentes que formam a parte mais fibrosa e rígida da planta — e mais difícil de aproveitar no processo convencional.

Curiosamente, essas moléculas celulósicas são constituídas por um grande encadeamento de outras menores, de açúcar. Entretanto, fazer essa engenharia reversa não é tão simples.

Essa linhagem do *T. reesei* empregada no estudo foi descoberta por tropas americanas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nas ilhas Salomão. Era ela a culpada por destruir parte do vestuário dos soldados (feito de algodão, que contém celulose).

Desde então, vários grupos de pesquisa vêm tentando melhorar o desempenho do *T. reesei* em atividades que vão da despoluição por óleo à produção de etanol. Até então, os melhores resultados para obtenção de E2G eram os de empresas que desenvolveram suas próprias linhagens — guardadas a sete chaves.

Os cientistas brasileiros, liderados pelo biofísico Mario Murakami, mapearam e introduziram seis modificações genéticas no microrganismo original, de modo a maximizar a produção do coquetel enzimático.

A alterações se deram em alguns fronts: promoção da produção de enzimas, remoção dos controles celulares que podem frear esse processo e garantia da integridade dessas macromoléculas.

Tantas edições gênicas só foram possíveis graças à ferramenta molecular conhecida como Crispr-Cas9, que permite deleção, inserção e alteração das sequências de “letras genéticas” que compõem o DNA, tal como fazemos em um editor de textos no computador ou no celular.

O resultado obtido foi uma produção de 80,6 gramas de enzima por litro, valor que, segundo os pesquisadores, é o maior já reportado.

A produção de etanol de segunda geração não é exatamente nova, mas até então não havia tecnologia nacional que permitisse isso, afirma Murakami. “Não é trivial domesticar e engenheirar um microrganismo”, diz.

O E2G sai mais caro para produzir do que o E1G, mas o principal apelo é o impacto ambiental. O resultado estimado é de redução de 30% nas emissões de CO2 e a mesma porcentagem de redução na pegada hídrica.

No país, a principal fabricante de E2G é a Raízen, joint venture formada pelos grupos Shell e Cosan. A empresa já tem o processo bem estabelecido desde a safra 2015/16, resultado de anos de desenvolvimento e preparação, segundo Antônio Simões, vice-presidente de logística, distribuição e energias renováveis. O coquetel enzimático que empregam foi desenvolvido por uma empresa canadense, mas detalhes de seu funcionamento não foram revelados. “Existe um grande valor em sustentabilidade e na economia circular, e já estamos na sexta safra. Várias empresas já desistiram no meio do caminho”, diz Simões.

O executivo cita como exemplos dessa estratégia a obtenção de biogás a partir da vinhaça (resíduo líquido da produção de etanol) e a produção de pellets de biomassa (aglomerados que substituem o carvão) e de biometano. Somado à energia proveniente da queima do bagaço, o combustível de origem renovável ocupa uma fatia de 17% do total consumido pelo país, de acordo com a Resenha Energética Brasileira de 2018.

Esse número tem potencial para crescer graças ao incentivo de programas como o RenovaBio, cujo objetivo é reduzir as emissões de carbono. Em relação à

gasolina, a redução líquida de gases do efeito estufa pode chegar a 90% ou até mais, no caso do E2G.

O percentual de E2G da Raízen ainda é pequeno, da ordem de 2% atualmente, mas há muito espaço para crescer.

“A gente vai descobrindo eficiência. Em algum momento, a tecnologia pode se tornar mais barata e tem a chance de o preço ser par com do etanol de primeira geração”, afirma o Simões.

“Mas há muitas variáveis envolvidas, como o custo de biomassa — que é mais barata no Brasil do que na Europa, por exemplo —, o preço das enzimas e a taxa de câmbio.”

A invenção brasileira, para a qual foram solicitados dois pedidos de patente, chegou a ser testada numa planta-piloto no próprio Laboratório Nacional de Biorrenováveis, a fim de atestar a viabilidade técnica do processo.

“A plataforma foi concebida de forma que fosse totalmente integrável às usinas sucro-alcooleiras do país, sem custo de transporte e armazenamento”, diz Murakami. “Com relação ao amadurecimento tecnológico, esse é o limite que podemos entregar.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/07/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Ancelmo Gois

A natureza agradece, mas...

O diesel vendido no Brasil tem, por lei, 12% de biodiesel, o que é muito bom para o meio ambiente. Só que, há um ano, o biodiesel estava em cerca de R\$ 2,33, o litro. Agora, a ANP fez um leilão suplementar e o litro saiu a R\$ 4,58. O dobro, praticamente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/07/2020

Seção: Política

Autor:

Título: A desagregação do Centrão

Nas entrelinhas

O MDB e o DEM anunciaram, ontem, que deixarão o Centrão, bloco de 221 parlamentares formado pelos seguintes partidos: PTB, PP, Solidariedade, PRB, PSD, MDB, PR, Podemos, Pros e Avante. Com a saída das duas legendas, a bancada comandada pelo líder do Progressistas, Arthur Lira (AL), nome de preferência do presidente Jair Bolsonaro para substituir Rodrigo Maia (DEM-RJ) na Presidência da Câmara, passará a contar com 158 deputados. Ocorre que o PSD, com 35 deputados, e o PTB, com 11, também estão se preparando para desembarcar do Centrão. A candidatura de Lira ao comando da Casa virou suco.

Um dos artífices da aproximação do bloco com o Palácio do Planalto, Lira se lançou à sucessão de Maia antes da hora e acabou no sereno. Seu principal concorrente era o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP- PB), líder da maioria e relator da reforma tributária, que agora está cotado para ser o líder do governo na Câmara, no lugar do Major Vitor Hugo (PSL-GO). A operação é comandada pelo ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Ramos, como uma forma de acomodar a situação dentro do Progressista, mas a necessidade da troca de líder ainda não convenceu Bolsonaro.

A candidatura de Lira, porém, se tornou tóxica, por causa da Operação Lava-Jato, na qual é acusado de ter recebido R\$ 1,6 milhão em propina da empreiteira Queiroz Galvão. De acordo com a denúncia, teria recebido o dinheiro em troca do apoio do PP à manutenção de Paulo Roberto Costa na diretoria da Petrobras. Costa foi preso em março de 2014, quando a Lava-Jato foi deflagrada. Segundo a defesa do parlamentar, o delator fez a denúncia porque Lira teria afastado Costa da legenda. Mas acontece que a ex-mulher de Lira, Jullyete Lins, no fim do ano passado, ao cobrar na Justiça R\$ 600 mil de pensões em atraso, acusou o parlamentar de ocultar patrimônio no valor de R\$ 40 milhões, construído por meio de propina. Lira nega.

O desembarque do PSD, de Gilberto Kassab, e do PTB, de Roberto Jefferson, do Centrão sinaliza um realinhamento de forças na Câmara. Esses partidos, que agora ocupam espaços na Esplanada dos Ministérios, se movimentam por conta própria. Aparentemente, Kassab e Jefferson não têm interesse que o novo presidente da Câmara seja um “pau mandado” do presidente Jair Bolsonaro. Isso reduziria o poder de barganha que ambos têm hoje, tanto na estrutura da

Câmara como nas negociações com o Palácio do Planalto. Kassab e Jefferson, cada qual com o seu estilo, são raposas velhas da política. Operam nos bastidores defendendo seus próprios interesses na Câmara, para depois negociar com o governo numa posição de força.

Trocando em miúdos, o Palácio do Planalto deve esquecer o jogo de damas, precisa jogar xadrez na Câmara. Isso ficou claro na votação do Fundeb, na semana passada, que Artur Lira tentou adiar, a pedido do governo, mas acabou atropelado por Maia. Os líderes do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), e do DEM, deputado Efraim Filho (PB), também são potenciais candidatos ao comando da Câmara, mas ainda é muito cedo para se lançarem à disputa. O grande beneficiado pela desconstrução do Centrão, por enquanto, é o presidente da Câmara. Maia estava sendo tratado como “pato manco” por Bolsonaro, o que é um erro crasso.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Justiça homologa plano de recuperação judicial da Odettech **B2**

Gigantes da tecnologia aceleram aquisições **B6**

Razões estreita relação com fornecedores de cana com apoio técnico e financeiro, diz Berni **B8**

28 de julho de 2020 | São Paulo | Número 3072 | R\$ 5,00

ECONÔMICO

Valor

20

Destaque

Atividade de eventos de informação

Segundo o relatório de atividades de informação, os eventos de informação foram realizados em 2019, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área. Os eventos foram realizados em formato presencial e online, com a participação de profissionais de diversas empresas e instituições. Os eventos foram realizados em formato presencial e online, com a participação de profissionais de diversas empresas e instituições.

Práticas de trabalho por fim

Os profissionais de trabalho por fim, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área. Os profissionais de trabalho por fim, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área.

Receita tributária

A Receita Tributária, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área. A Receita Tributária, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área.

Sistema de trabalho

O Sistema de Trabalho, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área. O Sistema de Trabalho, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área.

Gerenciamento de projetos

O Gerenciamento de Projetos, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área. O Gerenciamento de Projetos, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área.

Bilionários ficaram mais ricos e miséria diminuiu

Artigo de opinião de Bruno Vitorino

Segundo o relatório, os bilionários ficaram mais ricos e a miséria diminuiu. O relatório também aponta que a desigualdade social continua a ser um problema sério. O relatório também aponta que a desigualdade social continua a ser um problema sério.

BNDES diverge de aumentos na Petrobras

Artigo de opinião de Fernando Costa

O BNDES diverge dos aumentos na Petrobras. O BNDES diverge dos aumentos na Petrobras. O BNDES diverge dos aumentos na Petrobras.

Correios tiram benefícios e pode sair greve

Artigo de opinião de Daniel Ribeiro

Os Correios tiram benefícios e pode sair greve. Os Correios tiram benefícios e pode sair greve. Os Correios tiram benefícios e pode sair greve.

Portos e ferrovias buscam prorrogar incentivo

Artigo de opinião de Renato Brito

Portos e ferrovias buscam prorrogar incentivo. Portos e ferrovias buscam prorrogar incentivo. Portos e ferrovias buscam prorrogar incentivo.

Para ajudar na retomada, o Itaú BBA ultrapassa fronteiras.

Quando for a emissão de bonds da sua vida, faça como o Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai: com o Itaú BBA.

Indicadores

Os indicadores de trabalho, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área. Os indicadores de trabalho, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da área.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1866 - 1927)

Terça-feira 28 DE JULHO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46305

estadão.com.br

Drible no teto de gasto ganha apoio até na equipe econômica

Pressão por mais despesas cresce após aval do governo a manobras contra a regra

Tentativas de flexibilizar a regra do teto de gastos, que vincula o crescimento das despesas à inflação, têm partido de integrantes do próprio governo e estimulado a defesa de mais gastos por parlamentares e entidades. Com aval do Ministério da Economia, o governo tentou aprovar no Congresso, sem sucesso, um drible na regra fiscal ao propor que parte dos recursos do Fundeb — o fundo para educação básica, livre do teto — fosse dirigida para o Renda Brasil, programa

● **Mobilização por mais gastos**
Uma coalizão de 230 organizações da sociedade quer derrubar o teto como resposta à pandemia da covid-19. Mobilização nas redes sociais quer chamar a atenção do Congresso e do STF. PÁG. B3

que deve substituir o Bolsa Família. Até então, a equipe econômica se mostrava ciosa em defesa do teto sem altera-

ções. A equipe econômica também não se opôs à manobra frustrada, arquitetada pelo ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) de deixar fora do teto R\$ 35 bilhões de investimentos em infraestrutura. Encorajadas, lideranças do Congresso se articulam para elevar os investimentos na área. A interlocutores, o ministro Paulo Guedes (Economia) diz, porém, que tirar o teto antes de reformas seria "burrice". ECONOMIA / PÁG. B3

Gestoras do País aumentam as apostas em fundos 'verdes'

Impulsionadas pela maior demanda no mercado global por investimentos "verdes", gestoras de grandes fortunas brasileiras estão ampliando a oferta de fundos voltados à sustentabilidade. Cerca de R\$ 30 bilhões estão concentrados em três gestoras exclusivamente verdes no País — Fama, JGP e Constellation, todas de pequeno e médio portes —, mas grandes instituições financeiras começaram se estruturar. ECONOMIA / PÁG. B3

● **Executivos procuram Maia**
Depois de reuniões com o vice Hamilton Mourão, executivos do setor privado têm reunião hoje com o presidente da Câmara para pressionar por pauta de desenvolvimento sustentável. PÁG. B1

Estado de SP muda critério de UTI e afrouxa quarentena

Em mudança que chamou de "calibragem técnica", o governador João Dória (PSDB) anunciou que, a partir de sexta-feira, regiões do Estado com taxa de ocupação de até 75% dos leitos de UTI para covid-19 entrarão na fase verde de flexibilização da economia e da quarentena. Antes, o índice exigido era de até 60%. Nas demais graduações, a taxa de ocupação deverá ser de até 80% nas fases amarela e laranja e de 80% na vermelha. METRÓPOLE / PÁG. A4

● **Vacina dos EUA em testes finais**
Com ajuda financeira do governo Trump, o laboratório Moderna iniciará os testes de sua vacina em 30 mil adultos, planeja produzir 500 milhões de doses em 2020 e dobrar a produção em 2021. PÁG. A15

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	87.737
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	685
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.069
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.448.397
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	26.496
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.667.667

*NÚMERO DE MORTES DEVIDO À COVID-19

NOTAS & INFORMAÇÕES

Debandada na Economia

Equipe econômica sofre três baixas importantes e Paulo Guedes tem de reorganizar suas forças num momento especialmente difícil. PÁG. A3

● **O efeito do charlatanismo**
Os médicos que decidem seguir a ciência são acusados de fazer-lhe por oposição a Bolsonaro. PÁG. A3

Tempo em SP 15° Min. 28° Máx.



DIÁLOGOS
ESTADÃO
THINK
WEBINAR
BIOSIMILARES
SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO
28 JUL Medicamentos biossimilares são tão eficazes e seguros quanto os medicamentos biológicos de referência?
ÀS 9H

Trump manda mais agentes para Portland

Forças federais em meio a protestos em Portland, no Estado do Oregon. O presidente dos EUA, Donald Trump, decidiu enviar mais agentes federais para conter a onda de manifestações contra racismo e violência policial que há dois meses ocorre na cidade do Oeste americano e outras metrópoles. INTERNACIONAL / PÁG. A12

Proximidade com Planalto causa baixa no Centrão

DEM e MDB, partidos que já atuam de maneira independente em torno do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sairão formalmente nos próximos dias do Centrão, bloco liderado pelo deputado Arthur Lira (Progressistas-AL). Isso indica que votações futuras, como a reforma tributária e a sucessão de Maia, deverão ter novas divisões nas bancadas. POLÍTICA / PÁG. A4

Varejo

CASAS BAHIA MUDA E MIRA ALTA RENDA

Para recuperar o terreno perdido para o Magazine Luiza, a Via Varejo mudou a marca, ampliou a presença no comércio eletrônico e vê valor das ações da rede quase triplicar em 12 meses. ECONOMIA / PÁG. B8

NA QUARENTENA

CUIDADO NA VOLTA AO TREINO FÍSICO

É preciso cautela na retomada dos exercícios para evitar as lesões. PÁG. H1

Metroviários de SP decidem parar hoje

METRÓPOLE / PÁG. A16

Elaine Cantanhêde

O governo vai mal, mas a campanha do presidente Jair Bolsonaro à reeleição vai de vento em popa. POLÍTICA / PÁG. A10

Gonzalo Vecina

Câmara tem oportunidade de corrigir erro do Senado: incorporação de tecnologia em saúde deve ser igual para ricos e pobres. METRÓPOLE / PÁG. A15

NOVO TIGGO 5X 2021
1.5 Turbo DUAL CLUTCH FULL CONNECT
O ÚNICO SUV URBANO COM DESEMPENHO DE SUV 4X4.
VerCaras.com.br
CADA CHAVE É QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.354

TERÇA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

Metroviários entram em greve hoje na capital

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo decidiu entrar em greve hoje. A categoria protesta contra a recusa do Metrô em estender um acordo que previa, entre outras medidas, adicional noturno de 50% (a empresa propõe 20%). Os operadores das linhas 4-amarela e 5- lilás não costumam aderir. A Justiça determinou que haja 95% do serviço no horário de pico. **Cotidiano B6**



Ilustração do livro 'Coraline', de Neil Gaiman. **Divulgação**
Ilustrada B9
Autor de 'Sandman', Neil Gaiman relança a obra de terror infantil 'Coraline'

Maia dá aval a formação de bloco para enfrentar centrão

DEM e MDB lideram movimento, de olho na sucessão da presidência da Câmara

Com aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), MDB e DEM lideram um movimento para rivalizar com a bancada do chamado centrão e se distanciar do núcleo de deputados mais próximos de Jair Bolsonaro, de olho na disputa pela sucessão da presidência da Casa, em fevereiro.

Um dos focos da articulação é enfraquecer o líder do PP, Arthur Lira (AL), expoente do centrão que ganhou espaço no círculo bolsonarista nos últimos meses. Lira é visto como potencial candidato ao comando da Câmara. O líder do MDB, Baleia Rossi (SP), é um nome que pode ser apoiado por Maia.

Sob o argumento de buscar mais autonomia, DEM e MDB, que juntos ocupam 63 cadeiras, já anunciaram que vão se retirar do bloco, grupo que reúne formalmente nove partidos e mais de 200 parlamentares — dentre eles muitos do centrão, vinculados a legendas como PP, PTB, Solidariedade e PL.

Parlamentares dessas siglas se queixam de que Lira centraliza todas as negociações importantes, e os partidos menores acabam preteridos. O líder do PP disse entender como natural a dissolução do bloco após a votação do Orçamento. "Não existe o bloco do Arthur Lira", escreveu. **Poder A4**



ÍNDIA TEM 50 MIL CASOS POR DIA E PASSARÁ BRASIL E EUA, APONTA PROJEÇÃO

Indianos usam guarda-chuvas distribuídos por voluntários para tentar manter o distanciamento social em mercado na cidade de Chennai; estimativa põe o país no topo do ranking de infecções diárias pelo novo coronavírus até março de 2021. **Mundo A11**

Operação da PF mira primeira-dama do Piauí

A PF fez buscas na casa do governador Wellington Dias (PT) e no gabinete da primeira-dama, deputada Rejane Dias (PT), alvo da ação, em Brasília. **Poder A8**

Decisão de Toffoli sobre Serra alerta Promotorias

Após Dias Toffoli suspender operação no gabinete de José Serra (PSDB), Ministérios Públicos temem novos empêchos em casos com políticos. **Poder A7**

Pressionado, Doria muda regras e facilita reabertura

O governador João Doria (PSDB) anunciou ontem mudança nas regras do Plano São Paulo, que define os níveis de abertura das atividades no estado. A medida facilita a retomada econômica, após intensa pressão de empresários e de parte dos prefeitos paulistas. Doria chamou a mudança de "calibragem técnica".

O principal critério para restrições tem sido a taxa de ocupação de leitos.

Agora, para ir à fase verde, a exigência é ter no máximo entre 70% e 75% de leitos ocupados (o percentual exato será definido hoje), e não mais 60%, além de até 40 internações/100 mil habitantes e 2 mortes/100 mil em 14 dias. **Saúde B1**

Retomada leva insegurança para áreas mais pobres

Saúde B2

No Brasil, vírus matou ao menos nove prefeitos

Saúde B2

Supremo não deve confrontar Moraes por censura a perfis

A decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes que tirou do ar perfis de bolsonaristas nas redes sociais incomodou parte dos membros da corte, mas tem grande chance de não sofrer contestação interna. Não há sinais de que o plenário vai desautorizar Moraes. **Poder A6**

Manuela Cantuária Uma vida nova sem Twitter

Não era nem meio-dia quando foi cancelada. Em busca de apoio, encontrou uma solução mágica para restaurar a paz e o equilíbrio: desativar o Twitter. Tãmanha foi a surpresa quando saiu às ruas e as pessoas não tentaram arrancar sua cabeça e colocá-la num espeto. **Ilustrada B10**

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 266.747.984
VISITANTES ÚNICOS 44.825.539

ISSN 1644-4771
9 771644 372026



Agricultor trabalha em plantação de hortaliças no Distrito Federal. **Pedro Ladeira/Folhapress**

Esporte B11

Classificação do Corinthians é alento enquanto clube vive tormenta financeira

Agrofolha A16

O custo Covid no campo
Pandemia pode afetar distribuição de alimentos na América Latina, diz estudo

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	2,4 mi	87,7 mil
Ontem*	46 mil	1.061
Variação**	22,9%	0,9%

Estágio

Estágios da pandemia

Desacelerado

Estável

Desacelerado

Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	21,7 mil
2º RJ	12,8 mil
3º CE	7,5 mil

Situação nos municípios

Desacelerados

Campanas (SP)

São Bernardo do Campo (SP)

Duque de Caxias (RJ)

Porto Velho (RO)

Desacelerados

Rio de Janeiro (RJ)

Natal (RN)

Serra (ES)

Macapá (AP)

Dados das 20h de 27 jul

*Média móvel de 7 dias

**Em relação a 14 dias

ENTREVISTA Eduardo Lyra

É preciso eliminar a exclusão digital

Criador da rede Gerando Falcões, voltada ao desenvolvimento das periferias, Eduardo Lyra diz ver na exclusão digital um grande drama do país. "Precisamos eliminar a exclusão para elevar o potencial de negócios e do e-commerce", afirma. **Mercado A15**

União reverá benefícios para bancar Renda Brasil

Ideia é abrir espaço no Orçamento para sustentar o programa. Os 15,4 milhões de famílias que ganham abono salarial e salário-família estão na mira do governo. **Mercado A13**

Itamaraty intercedeu para agilizar entrada de Weintraub nos EUA

A18

EDITORIAIS A2

Censório e ineficaz

Sobre bloqueio de contas bolsonaristas na internet.

Sobral, mais uma vez

Acerca de sucesso da cidade cearense no ensino.

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia

www.correio braziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.864 • 28 PÁGINAS • R\$ 2,50

Centrão dividido impõe obstáculos ao governo

DEM e MDB vão deixar o bloco. Ato abre a sucessão à Presidência da Câmara

Com o desembarque dos dois partidos, o maior grupo de atuação na Câmara dos Deputados vai perder 63 dos seus 221 parlamentares. A decisão terá impacto direto nas relações entre o governo Bol-

sonaro e o Congresso. Nos últimos meses, o Centrão se aproximou do Palácio do Planalto e caminhava para se fortalecer como base de apoio do Executivo. Após as saídas de DEM e MDB, o bloco seguirá com

PL, PP, PSD, Solidariedade, PTB, Pros e Avante, com 158 integrantes. Em época de reformas, como a Tributária, o governo deve enfrentar dificuldades nas negociações, com mais partidos independentes pa-

ra conversar. O "racha" no Centrão é sinal também do início da disputa pelo comando da Câmara. Lider do bloco, Arthur Lira (PP-AL) faz movimentos para se candidatar à Presidência da Casa.

PÁGINAS 2 E COLUNAS NAS ENTRELINHAS, 4 E BRASILIA-DF, 5



Passos para o retorno

Agentes da Vigilância Ambiental iniciaram, pelo Centro de Ensino Urso Branco, no Núcleo Bandeirante, a limpeza das 686 escolas públicas do DF. A expectativa é que em 31 de agosto os 460 mil estudantes comecem a voltar às aulas presenciais. Sindicato dos colégios particulares discutiu, ontem, medidas para reverter a decisão que suspendeu a retomada das atividades.



"Caricaturas" no MEC

Ao *CB.Poder*, o ex-senador Cristovam Buarque lamentou o tempo perdido pelo governo Bolsonaro na Educação. Hoje, o ex-ministro Raul Jungmann é o entrevistado do programa, às 13h30. PÁGINA 6

Privilegio divide STF

PF faz operação em gabinete de deputada, com aval de ministra. Ação parecida no Senado foi vetada pela Corte. PÁGINA 4



Nova pegada para o R&B

Conheça a geração que decidiu resgatar a cultura popularizada nos EUA nos anos 1940 e estrutura jazz, blues, pop, rap, funk e soul. PÁGINA 24



Inclusão pela literatura

Lais Maria Moreira de Sousa Maia é uma das candidatas de projeto inédito no DF que seleciona contos, crônicas e poesias de autores com baixa visão e cegos para livro. PÁGINA 17

Obesidade eleva risco de pacientes com a covid-19

Dos 1.220 óbitos provocados pelo coronavírus no DF, 150 eram de pessoas obesas. É a quarta causa de agravamento da doença na capital — o índice de cura desses pacientes, porém, é grande. Médicos alertam para esse fator de risco, que provoca baixa na imunidade. Fazer exercícios e ter alimentação regrada são medidas importantes neste período. Ontem, a cidade atingiu 98,4 mil infectados. PÁGINA 17

15 mil vagas previstas

Acordos entre GDF e grandes empresas, no Emprega-DF, vai garantir novos empregos até dezembro. PÁGINA 19

Caso Naja pressiona servidora

Ao *Correio*, funcionária do Ibama nega ligação com caso da cobra que picou estudante. PÁGINA 20

Tráfico humano resiste

MPT reforça combate à exploração de brasileiros. Mulheres e crianças são escravizadas. PÁGINA 8

Soldado mata homem a tiros no Gama

Militar da Força Nacional de Segurança Pública foi preso em flagrante após usar uma pistola Glock 9 milímetros para atingir um rapaz de 34 anos durante discussão em um bar. PÁGINA 20



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .